



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

que demonstrem que a finalidade pública será atendida com a alteração subjetiva e a superveniência dos motivos ensejadores da modificação contratual pretendida; b) comprovação de que o novo órgão contratante dispõe de recursos orçamentários para fazer frente à contratação.

Conforme o explicitado no início da presente peça, as duas leis municipais trazem o atendimento das condições acima elencadas, haja vista que a primeira transfere à SEURB a titularidade de ações, até então finalísticas da SESAN e a outra transfere os recursos desta ao novo Órgão, visando o cumprimento de novas obrigações e aquelas já existentes.

III- DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, cumpre-nos concluir serem absolutamente legais, legítimas e imprescindíveis as cessões totais e/ou parciais a serem firmadas entre SESAN e SEURB, aos contratos cujos objetos versem sobre atividades já legalmente transferidas de um Órgão para outro, sendo obrigatório que nos aditivos e/ou instrumentos de cessão a serem firmados, sejam devidamente registrados dispositivos que mantenham todas as condições inicialmente contratadas, além, é claro, de ser obrigatória a comunicação formal aos respectivos contratados.

Quanto aos processos licitatórios em andamento e que versem sobre objetos ligados a atividades atingidas pelo presente tema, entendemos que os novos contratos já devam ser firmados com quem de direito.

Ao final e por questão de ordem, solicito ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Saneamento e Infraestrutura, que este opinamento seja encaminhado ao Procurador Geral do Município, para análise e entendimento superior.

É o parecer
S.M.J

Ananindeua (PA), 13 de Junho de 2014

JOSÉ ANTONIO CARNEIRO PECK

Director do Núcleo Jurídico – SESAN/PMA
OAB/PA – 3611